

O jogo livre da imaginação é compatível com a dedução kantiana das categorias?

[Is the free play of imagination compatible with the Kantian deduction of the categories?]

Hélio Lopes da Silva*

Universidade Federal de Ouro Preto (Ouro Preto, MG, Brasil)

I.

A concepção de um jogo harmonioso e livre entre as faculdades da Imaginação e do Entendimento é uma das concepções mais centrais, e, no entanto, uma das mais obscuras, da *Crítica dos juízos estéticos* de Kant. Tal como apontado, por exemplo, por Ginsborg (2014), em seu verbete para *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, é através desta concepção que Kant pretende ir além das estéticas racionalistas e empiristas que o precederam, na medida em que através dela parece possível, pela primeira vez, explicar a peculiaridade característica dos juízos de gosto, que são, simultaneamente, fundados num sentimento subjetivo e, ainda, reivindicam validade universal (Ginsborg, 2014, § 2.2). Esta concepção parece, então, estar na base, não apenas da explicação kantiana da resposta estética, mas também de sua “dedução” dos juízos puros de gosto; ela está envolvida, não apenas na caracterização do prazer no belo como um prazer desinteressado suscitado pela apreensão de uma “conformidade a fins sem fim” de um objeto, mas, além disso, ela é apresentada como a meta subjetiva da atividade cognitiva em geral e, como tal, é considerada por Kant como o fundamento da reivindicação de validade universal feita pelos juízos de gosto. Em particular, poderíamos notar que duas das novas e importantes concepções introduzidas por Kant nesta *Crítica dos juízos estéticos*, a concepção de um momento “reflexivo” dos juízos, de uma capacidade reflexiva de pensamento que, tal como Longuenesse tem mostrado, não é tanto a produtora de um novo tipo de juízo, mas sim constitui um momento antecedente e necessário a todo tipo de juízo, incluindo os juízos determinantes, e a concepção de uma “conformidade a fins sem fim”, de uma conformidade a conceitos (regras e leis) sem conceito, todas estas duas concepções fazem referência ao comportamento da faculdade da

* Email: heliolopes2009@bol.com.br

Imaginação frente à faculdade do Entendimento, tal como definida por Kant em sua teoria do conhecimento em geral, e, portanto, não podem ser esclarecidas sem que antes seja esclarecida a própria concepção kantiana a respeito do jogo livre entre tais faculdades. Por fim, se nos recordarmos que, enquanto a “Analítica do Belo” é construída sobre esta concepção de uma harmonia entre a Imaginação e o Entendimento, assim também a “Analítica do Sublime” se move no interior da concepção de um jogo (*Spiel*) (*KU*, 05: 99 [p. 103]) entre a Imaginação e a outra faculdade intelectual, a Razão, um jogo que, embora inicialmente conflituoso, acaba numa nova forma de harmonia; e se nos lembrarmos também que, em suas observações concernentes à “Ideia Estética”, Ideias que constituem o tema central da Arte e do Gênio, Kant as caracteriza como resultantes do esforço da Imaginação no sentido de imitar ou simular o jogo da Razão (*Vernunft-Vorspiele nacheifern*) (*KU*, 05: 194 [p. 168]), então poderíamos dizer que o todo da *Crítica dos juízos estéticos* de Kant é construído sobre esta concepção, ampliada, de um jogo entre a Imaginação e as faculdades intelectuais. Ou, como diz Henrich, que a concepção de um jogo harmonioso entre a Imaginação e o Entendimento fornece a Kant “os recursos mais importantes de sua crítica do gosto e, portanto, da parte mais inovadora da Crítica da Faculdade de Julgar” (Henrich, 2003, p. 54).

Apesar de sua importância, esta concepção de um jogo livre entre Imaginação e Entendimento é, no entanto, uma das concepções mais obscuras desta *Crítica*, e esta obscuridade está ligada não apenas a seu evidente caráter metafórico, dado que apenas de pessoas em sua integralidade, e não das faculdades ou capacidades nas quais estas pessoas foram divididas, podemos literalmente dizer que elas “entram em jogo” com outras pessoas, mas, mais que isso, é decorrente da sua difícil inserção e acomodação na teoria kantiana do conhecimento em geral. Não podemos, é evidente, tratar aqui de todas as interpretações e controvérsias suscitadas por esta nova concepção de Kant, mas podemos nos referir diretamente ao modo como um dos mais renomados comentadores de Kant, Paul Guyer, formula o problema em seu *Kant and the claims of taste* (1997); aí, após localizar esta harmonia entre Imaginação e Entendimento como o núcleo da explicação kantiana da resposta estética, e após ter, de maneira muito bem sucedida, mostrado como, nesta harmonia, encontra-se um estado mental no qual, de maneira inesperada, é atingida a meta subjetiva de nossa faculdade de conhecimento em geral, e como daí surge um tipo de prazer especial, Guyer diz que, na medida em que esta concepção da harmonia entre Imaginação e Entendimento implica em que a Imaginação seja concebida como produzindo a unificação do múltiplo da intuição sem o uso de um conceito, então uma questão precisa, afinal, ser colocada:

Esta questão precisa ser formulada, porque a resposta estética foi considerada como envolvendo um tipo de síntese sem um conceito, ao passo que a conclusão triunfante da Dedução Transcendental da primeira *Crítica* é justamente que: ‘Toda síntese [...] mesmo aquela que torna possível a percepção, é submetida às categorias [...]’. Diante desta tese, como poderia Kant chegar sequer a considerar a possibilidade de alguma apreensão de um múltiplo sem um conceito, para não mencionar o fato de que ele efetivamente afirma a existência de tal estado mental. (Guyer, 1997, p. 85)

De fato, quando consideramos que a principal tese que Kant procura estabelecer com a Dedução Transcendental das Categorias de sua *Crítica da razão pura* é a tese de que certos *conceitos* aplicam-se necessariamente aos objetos intuídos da experiência justamente porque eles *constituem*, ao menos em parte, estes próprios objetos intuídos, e quando nos lembramos da importância atribuída por Kant a esta Dedução, e dos anos de trabalho que, segundo Kant, ela lhe custou (*KrV*, B xvi [p. 25]), não podemos deixar de nos espantar com o fato de que sua concepção do jogo livre entre Imaginação e Entendimento, tal como formulado por sua terceira *Crítica*, pareça anular todos estes esforços e esta importância de sua Dedução das Categorias. De fato, esta concepção, que parece incluir a possibilidade de que a Imaginação produza livremente, isto é, sem ser constrangida ou guiada por nenhum conceito proveniente das faculdades intelectuais, a unidade sintética do múltiplo da intuição que constitui o objeto (*Gegenstand*) percebido, poderia ser admitida por qualquer um, menos pelo autor da Dedução Transcendental das Categorias. De fato, e como Guyer sugere acima, a conclusão desta Dedução parece ser a de que nós não seríamos sequer capazes de perceber um objeto como *objeto*, isto é, como a representação de um algo que permanece inalterado por algum tempo, e que é o suporte de algumas qualidades variáveis e mutáveis, se não estivéssemos, antes, de posse de algumas representações intelectuais e universais, de alguns *conceitos a priori*, tal como, por exemplo, a categoria de “substância”. Chegar a esta conclusão, estabelecer esta tese, parece ser a principal tarefa a que se dedica Kant na Dedução das Categorias de sua primeira *Crítica*. Agora, como poderia Kant, diante disto, sugerir em sua terceira *Crítica* que a faculdade sensível da Imaginação, em seu jogo livre para com as faculdades intelectuais, e com o Entendimento em particular, não tanto apreende “sem conceito” um objeto supostamente já presente na percepção, mas, sobretudo, é capaz de, em sua atividade de síntese através da qual este próprio objeto percebido será produzido na intuição (é preciso lembrar que, tal como formulado numa nota à primeira edição da Dedução das Categorias, para Kant a *percepção* de um objeto, enquanto contrastada às meras *sensações* provocadas por ele, não deve ser atribuída à mera passividade do sujeito do conhecimento, mas envolve também uma

atividade por parte deste, atividade atribuída por ele nesta nota justamente à Imaginação), conduzir-se de maneira livre, isto é, sem obedecer a nenhuma regra fornecida por conceitos provenientes do Entendimento, ou obedecendo apenas às suas próprias regras? Cremos que esta incompatibilidade para com a Dedução das Categorias, e para com a teoria kantiana do conhecimento em geral, é a principal fonte da obscuridade que cerca a concepção do jogo livre entre Imaginação e Entendimento, tal como formulada por Kant em sua terceira *Crítica*, e é à análise desta incompatibilidade que nos dedicaremos aqui.

Segundo Guyer, um primeiro passo em direção à solução desta incompatibilidade seria a distinção, no interior da própria Dedução das Categorias, e da teoria kantiana do conhecimento em geral, entre seus elementos epistemológicos e seus elementos psicológicos: seria necessário distinguir, diz ele, entre a teoria da síntese enquanto um processo mental através do qual estados mentais de conhecimento são *produzidos*, e a teoria das categorias enquanto regras através das quais a *verificação* de pretensões de conhecimento é efetuada. Assim, continua Guyer, o jogo harmonioso das faculdades, incluindo a incômoda “liberdade” da Imaginação, poderia ser entendido como a ocorrência de uma base psicológica do conhecimento sem que uma efetiva pretensão de conhecimento esteja sendo feita, já que esta última demandaria o emprego de conceitos (Guyer, 1997, p. 86 s.). Esta base psicológica do conhecimento poderia ser pensada, diz Guyer, como a condição subjetiva ou sensível do conhecimento, como um estado mental no qual é atingida a meta de nossa faculdade de conhecimento em geral, a saber, “*um múltiplo da intuição é unificado, ou, ao menos, parece ser unificado, sem o uso de um conceito*” (Guyer, 1997, p. 75). É, ou apenas parece ser? De qualquer forma Guyer, referindo-se a “tripla síntese da imaginação”, tal como exposta por Kant na primeira edição da Dedução das Categorias, conclui que este estado mental poderia ser entendido como os dois primeiros tipos de síntese, as sínteses da “apreensão” e da “reprodução”, ao passo que o terceiro tipo, a síntese do “reconhecimento num conceito” corresponderia à condição objetiva e intelectual de conhecimento, na qual o múltiplo da intuição “*é referida à unidade da apercepção*”, e através da qual uma pretensão efetiva de conhecimento é feita (Guyer, 1997, p. 76). Veremos, mais adiante, que esta referência à apercepção parece, aos olhos da maioria dos comentadores de Kant, constituir o marco decisivo por meio do qual eles pretendem separar os elementos “meramente psicológicos” dos elementos propriamente epistemológicos, ou transcendentais, da teoria do conhecimento kantiana.

O que gostaríamos de notar, por enquanto, é que esta solução, proposta por Guyer, do problema suscitado pela aparente incompatibilidade

entre a concepção de um jogo livre da Imaginação e a intenção fundamental da Dedução das Categorias, não é, nem nova, nem é formulada apenas por ele. H. Cohen (2001), já em seu *A teoria kantiana da experiência*, originalmente publicado em 1871, já advertia que, por “experiência”, não se deve, em Kant, entender a experiência perceptual comum, que seria objeto de uma psicologia empírica, mas sim a experiência tal como capturada através dos meios puros da matemática, isto é, a ciência newtoniana da natureza (Cohen, 2001, p. 113], e já insistia na distinção entre a questão sobre a origem ou surgimento do conhecimento e a questão sobre sua validade ou justificação. E, desde então, formou-se, entre os comentadores de Kant, uma espécie de consenso a respeito da teoria kantiana do conhecimento, consenso no sentido de que, o que quer que a Imaginação, como uma faculdade “meramente psicológica”, consiga em sua atividade produtiva, tais produções só teriam relevância “transcendental”, isto é, só diriam respeito a teoria *kantiana* propriamente dita, quando fossem desenvolvidas sob a “unidade da apercepção”, uma unidade que, sem mais, é pensada como idêntica à “unidade do conceito”. Não podemos, é claro, tratar aqui de todo o trabalho exegético dedicado pelos inúmeros comentadores de Kant a este ponto de sua teoria do conhecimento, nem pretendemos colocar em questão aquela distinção como tal. Notemos, no entanto, que Guyer, mesmo aderindo a este consenso, hesita a respeito da medida em que tal distinção entre elementos psicológicos e epistemológicos poderia ser implementada, já que, diz ele, não é fácil entender como é que “a unidade imaginária intuída ‘sem conceitos’ não representaria uma rejeição da associação estreita, promovida pela primeira Crítica, entre a unidade da consciência e a aplicação de conceitos a objetos” (Guyer, 1997, p. 87). E, além disso, podemos ver o mesmo Guyer, num outro trabalho (2009), exprimir claramente dúvidas a respeito desta distinção entre a questão sobre a origem e a questão sobre a validade do conhecimento – em seu *Schopenhauer, Kant, e os métodos da filosofia*, Guyer, após reiteradamente recusar as objeções de Schopenhauer à segunda “Analogia da Experiência” de Kant mediante a conclusão de que Schopenhauer estaria, ao formular estas críticas, confundindo a fenomenologia ou psicologia do conhecimento com o método propriamente transcendental de Kant, finaliza este trabalho com uma queixa significativa:

[...] embora a teoria de Kant não pretenda ser uma descrição dos aspectos mais salientes ou mais imediatos de nossa experiência, mas sim uma explicação transcendental a respeito das condições de possibilidade de tal experiência, ainda pareceria razoável esperar que ele (Kant) houvesse fornecido alguma explicação da relação entre tais condições transcendentais e a experiência cotidiana, cuja possibilidade aquelas condições são supostas funda-

mentar, questão esta a respeito da qual ele (Kant) silenciou enormemente. (Guyer, 2009, p. 133)

Apesar de ter proposto a distinção neo-kantiana tradicional entre a questão da origem e a questão da validade do conhecimento como solução do problema representado pelo jogo livre da Imaginação da terceira *Crítica*, Guyer parece não ver, e nós também tampouco vemos, como tal distinção poderia resolver este problema. Em seu artigo posterior, “A harmonia das faculdades revisitada” (2005b), Guyer distingue entre duas interpretações desta harmonia; a primeira, chamada “pré-cognitiva”, entende esta harmonia como um estado mental no qual, tal como descrito acima, o múltiplo da intuição que se apresenta à percepção satisfaz todas as condições para um conhecimento de um objeto, exceto aquela que consiste na aplicação efetiva de um conceito a este múltiplo; a segunda, chamada de “multi-cognitiva”, ao invés de entender aquela harmonia como um estado mental que, por assim dizer, fica a “meio caminho”, ou que falha em satisfazer a todas as condições para o conhecimento, entende esta harmonia como satisfazendo a todas estas condições, embora o faça de um modo indeterminado; ao invés de *sem* conceitos, o objeto belo estaria antes sugerindo uma multiplicidade indeterminada, ou “em aberto”, de conceitos para o múltiplo intuído, fazendo com que a mente possa jogar, possa agradavelmente “ir e vir” através de modos diferentes de conceber o mesmo objeto (Guyer, 2005b, p. 80 s.). Existem dificuldades, diz Guyer, em ambas as interpretações, mas a dificuldade filosófica mais profunda, e que atinge a ambas interpretações conjuntamente, é que a própria ideia de um estado cognitivo no qual não está envolvido nenhum *conceito determinado* é inconsistente com “[...] a tese mais fundamental da teoria do conhecimento de Kant” (Guyer, 2005b, p. 94). De acordo com a primeira *Crítica*, continua Guyer, é para nós sempre possível ligar o “Eu penso” a qualquer representação que tenhamos, e esta inclusão de uma representação na unidade da apercepção exige a aplicação de uma categoria, que de fato nada mais é do que a forma de conceitos empíricos determinados, de modo que “[...] nós nunca somos, de modo algum, conscientes de uma representação, e a fortiori, de uma representação de um objeto, a fortiori de um objeto de um juízo e resposta estética atual ou potencial, sem a aplicação de algum conceito empírico determinado a ele” (Guyer, 2005b, p. 96). Assim, contra a interpretação “pré-cognitiva”, Guyer aponta que a apreensão do objeto belo não pode ser inteiramente desprovida de conceitos, e contra a interpretação “multi-cognitiva” ele aponta que o conceito, ou conceitos, envolvidos em tal apreensão não podem ser “conceitos indeterminados”. De modo a evitar as dificuldades de ambas as interpretações, Guyer formula então sua interpretação “meta-cognitiva” da harmonia das faculdades –

trata-se, diz ele, de um estado mental no qual o múltiplo da intuição que se apresenta na percepção e na imaginação satisfaz as regras e condições de organização do múltiplo, tal como prescritas por um conceito, ou conceitos, determinados, e tal como pressupostas pelo reconhecimento normal de objetos, mas onde ainda é, em acréscimo, sentido que o interesse que o Entendimento tem na promoção desta unidade do múltiplo está sendo satisfeito de uma maneira que vai além daquilo que é exigido pelo conceito, ou conceitos, do qual depende o reconhecimento comum do objeto (Guyer, 2005b, p. 99). Infelizmente, Guyer não esclarece, na sequência, como tal “meta-cognição” efetivamente tem lugar. Ao formular tal interpretação, ele está certamente confiando em suas explicações prévias a respeito do modo como, de acordo com Kant, um prazer especial surge quando a natureza é descoberta, de maneira inesperada, como adequada e conforme aos interesses de nossas faculdades cognitivas. Mas, no caso da sistematicidade da natureza, as leis empíricas particulares que, de maneira inesperada e “prazerosa”, são descobertas como subsumíveis a leis mais gerais, são já obviamente expressas em *conceitos*, ao passo que a questão espinhosa suscitada pela concepção da harmonia das faculdades da terceira *Crítica* é, como Guyer mesmo já a havia formulado, a questão sobre se a Imaginação pode ou não produzir, *sem conceitos*, a intuição de um objeto. Guyer está correto ao recusar a saída “multi-cognitiva”, adotada por muitos outros comentadores, oferecida pela noção, difícil, de um conceito, ou conceitos, “indeterminados”, e está correto também ao indagar, contra a interpretação “pré-cognitiva”, como uma atividade que fica “a meio caminho” de atingir sua meta poderia gerar prazer. Mas, de acordo com sua interpretação “meta-cognitiva” da harmonia das faculdades, o objeto belo se apresentaria na intuição como dotado de uma unidade *já constituída*, e não se vê como esta unidade veio a ser em primeiro lugar. Se ela houver sido constituída de acordo com outro conceito, com um conceito diferente daquele em que normalmente é baseado o reconhecimento do objeto, então, além de voltarmos à interpretação “multi-cognitiva”, não poderemos entender em que sentido esta cognição seria uma *meta-cognição*. E, se aquela unidade for, ao contrário, pensada como constituindo-se na ausência de qualquer conceito, então voltaremos ao mesmo ponto a partir do qual formulou-se, primeiro, a interpretação “pré-cognitiva”. Guyer, enfim, apesar de qualificar o problema da “liberdade da Imaginação” como o problema básico de toda a teoria estética de Kant (Guyer, 1997, p. 220), e apesar de reconhecer neste problema a própria origem da estética moderna como um todo (Guyer, 2005a, p. 5), não parece ter chegado a desenvolver plenamente as consequências deste problema para com aquilo que ele mesmo, há

pouco, caracterizava como a tese mais fundamental da teoria do conhecimento de Kant.

II.

Parece que a concepção de Kant, exposta em sua terceira *Crítica*, a respeito da harmonia, ou jogo livre, entre as faculdades da Imaginação e do Entendimento exige a atribuição à Imaginação da capacidade de produzir, livre e inteiramente por si mesma, a intuição de um objeto como uma unidade sintética de representações, em especial, das sensações passivamente recebidas, e é esta atribuição o que causa perplexidade, quando posta em conexão com a intenção fundamental da Dedução das Categorias da primeira *Crítica*, já que esta consistia, tal como há pouco notada por Guyer, na tentativa de estabelecer uma associação estreita entre, de um lado, a unidade da consciência, ou consciência de um objeto como possuidor de uma unidade, e, de outro lado, a aplicação de um conceito a ele. É claro que não poderemos tratar aqui de todas as interpretações, de todos os debates e controvérsias suscitados pela Dedução kantiana das Categorias. O que pretendemos fazer é examinar as posições assumidas por outros dois intérpretes proeminentes de Kant (B. Longuenesse e H. Allison), intérpretes que parecem ter introduzido novos elementos neste debate concernente à liberdade da “Imaginação em Kant”, debate este antes notoriamente ligado à obra de M. Heidegger, *Kant e o problema da metafísica* – com efeito, na seção 31, parte III, desta obra, Heidegger acusa Kant de ter recuado diante da faculdade transcendental da Imaginação, na medida em que, entre a primeira (1781) e a segunda (1787) edição da Dedução das Categorias, esta faculdade foi despojada por Kant, tanto de seu *status* de “faculdade original ou fundamental da alma”, como de sua capacidade de executar a síntese fundamental, síntese que a segunda edição daquela Dedução atribui agora ao Entendimento; a síntese executada pela Imaginação, que na primeira edição era dita ser a “raiz desconhecida” da qual provinham o Entendimento e a Sensibilidade, agora, na segunda edição, é dita ser o mero “efeito” do Entendimento sobre a Sensibilidade. Em resumo, dizia aí Heidegger, Kant tentou, na segunda edição de sua obra-prima, isolar de uma maneira mais incisiva as operações do *ser racional finito em geral*, que está prestes a se tornar, na sua próxima segunda *Crítica*, o sujeito da Razão prática-moral, das operações do ser racional finito que “acidentalmente” acontece de ser também um *ser (humano) sensível e imaginante*. Ou, em outras palavras, Kant haveria, segundo Heidegger, sentido a necessidade de localizar a finitude como tal na Razão pura mesma, independentemente de seu contato “acidental” com a Sensibilidade, e, de modo a fazer isso, de modo a purificar a Razão prática-

moral de toda contaminação sensível e empírica, Kant viu-se obrigado a, na segunda edição da *Dedução das Categorias*, alocar toda espontaneidade ao Entendimento, e a degradar a Imaginação mais decididamente de volta a sua condição de faculdade meramente receptiva e sensível (Heidegger, 1997, p. 112 s.). Mas, contrapõe Heidegger, já que a *Metafísica*, que segundo ele estaria sendo fundamentada pela *Crítica da razão pura*, concerne à “natureza humana”, a finitude especificamente humana é decisiva (Heidegger, 1997, p. 120), e, na medida em que, através daquele recuo diante da Imaginação, Kant perdeu de vista o conhecimento “ontológico” especificamente humano que sua obra pretendia fundamentar, a primeira edição desta obra deve ser preferida à segunda, e:

[...] toda re-interpretação da faculdade pura da Imaginação como uma função do pensamento puro – uma re-interpretação que o ‘Idealismo Alemão’ tem acentuado na esteira da segunda edição da *Crítica da Razão Pura* – compreende de maneira equivocada sua característica essencial. (Heidegger, 1997, p. 138)

Veremos que esta re-interpretação não ficou, de modo algum, circunscrita ao “Idealismo Alemão”. Mas não acompanharemos Heidegger para além desta seção 31, parte III, de seu *Kant-buch*. Parece mesmo que Heidegger teria, de acordo com Piché, posteriormente repudiado estas suas análises sobre Kant (Piché, 1986, p. 79), mas não poderemos tratar dos motivos que ele teria tido para tal. Tudo o que queremos reter desta ligeira menção a esta seção são suas observações a respeito das transformações introduzidas por Kant no *status* da Imaginação entre a primeira e a segunda edição da *Dedução das Categorias*, independentemente das implicações ontológicas ou metafísicas mais abrangentes que Heidegger atribuía a tais transformações.

Com a ilustre exceção de A. Schopenhauer (1966, p. 586), o autor de *Kant e o problema da metafísica* permaneceu sozinho em sua preferência pela primeira edição da *Crítica da razão pura* de Kant. Quase todos os intérpretes e comentadores de Kant têm, desde Cohen, ou negado que haja qualquer diferença significativa entre as duas edições, ou preferido a segunda edição, e isto, é curioso notar, por causa das mesmas modificações criticadas por Heidegger acima. Tem-se mesmo a impressão de que, na tentativa de rejeitar a atribuição, feita ali por Heidegger, da tarefa de fundamentar um conhecimento “ontológico” à *Crítica da razão pura*, a maioria destes comentadores de Kant teria enfatizado, talvez de maneira excessiva, não apenas uma continuidade básica entre as duas edições, mas também uma preferência pela segunda edição, que supostamente exibiria, de maneira mais clara, a exigência fundamental da teoria do conhecimento de Kant, a saber, e tal como há pouco formulado por Guyer, a tese de que

“toda unidade sintética de representações que constitui um objeto é proveniente da unidade da apercepção, que coincide com a unidade do conceito”. Não podemos, também, tratar aqui da imensa quantidade de trabalhos dedicados a esta espécie de defesa de Kant frente às críticas de Heidegger. Podemos, como exemplo, mencionar a colossal obra que Vleeschauer dedica à Dedução das Categorias, *A dedução transcendental na obra de Kant* (1976), obra na qual, adotando a teoria “patchwork” de Vaihinger, Vleeschauer procura mostrar que Kant, tendo precocemente (desde 1772) já formulado a Dedução em seus aspectos propriamente lógico-transcendentais, teria, às vésperas da primeira edição (1781) da Dedução, tido conhecimento da psicologia de Tetens, e teria, equivocadamente, entendido por bem complementar aquela Dedução lógico-transcendental com observações psicológicas sobre a imaginação, algo do que ele, felizmente, diz Vleeschauer, se arrependeu, corrigindo assim a Dedução para a sua segunda edição (Vleeschauer, 1976, III, p. 256). E, tal como Vleeschauer, a maioria dos intérpretes de Kant têm procurado defender o aspecto “propriamente transcendental” da teoria kantiana do conhecimento, isolando-o das investidas “meramente psicológicas”, tal como, por exemplo, Cohen já havia feito antes diante das críticas que Schopenhauer endereçou a esta teoria (Cohen, 2001, p. 365 s.) Mas, até onde apuramos, Guyer foi o primeiro a notar a possível incompatibilidade entre aquela tese, característica deste ponto de vista puramente lógico-transcendental que a maioria destes comentadores pretendem resguardar, fundamental da teoria do conhecimento de Kant, a tese do “nenhum objeto sem conceito”, e sua concepção da Imaginação como jogando livremente na terceira *Crítica*. Até mesmo Heidegger, em seu *Kantbuch*, dispensa a consideração do papel da Imaginação na *Crítica da Faculdade de Julgar*, alegando que, aí, a Imaginação não se encontra em conexão com a fundamentação da Metafísica (Heidegger, 1997, p. 113). E, no entanto, em que outro lugar da obra de Kant poderíamos encontrar um apoio maior à concepção da Imaginação como livre e autônoma, tal como proposta pelo *Kantbuch* de Heidegger como sendo a concepção da primeira edição da Dedução das Categorias, do que na concepção do jogo livre da Imaginação, tal como exposta na terceira *Crítica*? Não seria a Imaginação aí capaz, na apreensão “sem conceitos” do objeto belo, e na invenção, que compete com as invenções da Razão, de Ideias estéticas, espontânea e ativa numa medida que só seria possível no arcabouço conceitual da primeira, mas não da segunda, edição da Dedução das Categorias? De qualquer forma, as observações de Heidegger sobre a Imaginação em Kant, bem como as complexidades da própria Dedução kantiana das Categorias, suscitaram uma enormidade de interpretações e controvérsias, enormidade

que não podemos, é claro, abarcar suficientemente aqui. Tudo o que pretendemos é, deixando de lado a questão sobre as implicações metafísicas que Heidegger pretendia extrair dessas observações, assim como deixando de lado também a questão sobre a exequibilidade da tarefa, a que se dedicam muitos daqueles comentadores de Kant, de depurar o aspecto lógico-transcendental da Dedução kantiana de todo elemento de ordem psicológica, indagar dois proeminentes intérpretes da filosofia de Kant a respeito daquilo que, como vimos desde o início deste, parece estar na origem da obscuridade que cerca a concepção do jogo livre entre Imaginação e Entendimento, tal como formulado por Kant em sua terceira *Crítica*, a saber, a respeito da possibilidade de uma apreensão exclusivamente intuitiva ou imaginativa (isto é, completamente desprovida de conceitos) de um objeto (*Gegenstand*).

III.

Segundo Allison, a obra de Longuenesse tem mérito de tornar explícito que a concepção de Kant a respeito da *geração ou produção de conceitos* a partir das representações intuitivas não corresponde à concepção empirista; a *reflexão* que conduz das intuições de particulares até o conceito (empírico) geral consiste numa comparação que já é, ao contrário da comparação de que são capazes mesmo os animais, uma comparação “universalizante”, é uma comparação que já é, desde o início, direcionada à detecção de aspectos comuns dos dados sensíveis com o objetivo de elevar estes aspectos comuns à condição de características de conceitos que possam, subsequentemente, serem usados em juízos (Allison, 2001, p. 24). E esta comparação universalizante é possível, diz Longuenesse, apenas se “*algo na natureza das aparições mesmas*” já for universal, e já estiver de acordo com as formas lógicas de nosso pensamento discursivo (Longuenesse, 2000, p. 28). A este respeito, Longuenesse se refere a uma *Reflexion* (2880) de Kant, segundo a qual “*Nós só comparamos aquilo que é universal na regra de nossa apreensão*” (Longuenesse, 2000, p. 116), e, continua agora Allison, como esta comparação equivale ao conceito de “esquema”, segue-se que a comparação que leva à formação de conceitos é uma comparação entre esquemas, ou é uma comparação entre regras e padrões de apreensão, ao invés de ser, como pensa o empirista, uma comparação entre meras imagens ou impressões, e, portanto, trata-se de uma comparação entre elementos que já possuem uma certa universalidade (Allison, 2001, p. 26). Mas, se isto é assim, continua Allison, o esquema precede o conceito que será esquematizado por ele, e teremos uma apreensão *não-conceitual* como a própria condição da *formação de conceitos*; assim, diz Allison, ao contrário

da sugestão de Heidegger, no sentido de que o papel desta condição não-conceitual ou imaginária teria sido desvalorizado na segunda edição da Dedução:

Estes textos de ambas as edições da primeira Crítica sugerem fortemente que Kant entendia que o reconhecimento conceitual exigido pelo ‘conhecimento propriamente dito’ surge a partir de uma reflexão subsequente sobre (um levar a conceitos de) uma ordem ou estrutura inicialmente imposta sobre o múltiplo sensível pela síntese ‘cega’ da imaginação. Sobretudo, isto, por sua vez, sugere que se pode ter e se pode usar um esquema (uma regra de apreensão) antes e independentemente da representação discursiva desta regra (como um conjunto de características) num conceito. (Allison, 2001, p. 26)

Assim, continua Allison, se a Imaginação não pudesse “*esquematizar sem conceito*”, ela não poderia esquematizar de modo algum, já que esta comparação “*pré-linguística e, portanto, pré-conceitual*” (Allison, 2001, p. 26) daquilo que é universal nas regras de apreensão é a própria condição da formação do conceito que será esquematizado por ela. Agora, é surpreendente ver que Allison, ao menos à primeira vista, recusa a sugestão de Heidegger, não porque ela afirma a presença de uma Imaginação muito livre na primeira edição da Dedução, mas sim porque ela supõe que esta liberdade teria sido diminuída na segunda edição desta Dedução. Poderíamos nós já reconhecer nesta condição não-conceitual da formação de conceitos a atividade livremente produtiva da Imaginação, atividade que reaparecerá na terceira *Crítica* de Kant como a apreensão “sem conceitos” da Imaginação em seu jogo livre? Não, segundo Allison, pois a esquematização realizada pela imaginação no jogo livre difere, diz ele, daquela que é exigida pelo conhecimento na medida em que dela não resulta um conceito *determinado*, mas apenas a “*forma de um conceito em geral*” (Allison, 2001, p. 171). Para Guyer, não é claro o que Allison pretende significar com esta expressão (Guyer, 2005b, p. 85). Mas, se atentarmos para a maneira como Allison, em seu *O idealismo transcendental de Kant* (1983), chama a atenção para a distinção entre dois sentidos da expressão “objeto” em Kant, o objeto (*Objekt*) como objeto lógico, isto é, qualquer coisa que possa aparecer como sujeito num juízo, e o objeto (*Gegenstand*) como o objeto real dos sentidos (Allison, 1983, p. 135), e, correspondentemente, para a distinção entre duas partes da Dedução das Categorias, uma na qual as categorias são pensadas como condições do objeto (*Objekt*) no primeiro sentido, isto é, como o objeto de uma intuição possivelmente não-humana em geral, e a segunda na qual as categorias são pensadas como condições do objeto (*Gegenstand*) de uma intuição especificamente humana, então constataremos que Allison, através destas distinções, realiza uma análise muito bem sucedida a respeito do

modo como, em Kant, a *unidade sintética da apercepção* incorpora a própria condição essencial, o “apanhar (*grasping*) uma multiplicidade como unidade”, ou o “apanhar a identidade na diferença”, do *Objekt* e do “*conceito em geral*” (Allison, 1983, p. 137 s.). Portanto, com a expressão “forma de um conceito em geral” ele deve estar se referindo justamente a esta consciência que é, ao mesmo tempo, a condição essencial, tanto do conceito em geral, como do objeto (*Objekt*) em geral. Conforme veremos em breve, Longuenesse também, referindo-se a uma passagem na qual Kant sublinha o termo alemão para conceito, *Begriff*, distingue entre o seu sentido de “combinar e apanhar junto” de seu outro sentido, no qual “conceito” significa o conceito discursivo, isto é, uma “representação refletida ou universal” (Longuenesse, 2000, p. 47). Por enquanto, porém, gostaríamos de notar que, mesmo quando entendemos a expressão “forma da consciência em geral” como a mera auto-consciência do “apanhar a unidade como multiplicidade”, não poderíamos, segundo Allison, entender melhor o que a Imaginação, em seu jogo livre da terceira *Crítica*, produz, já que, continua ele, Kant não teria conseguido chegar à outra parte da Dedução das Categorias, não teria conseguido fornecer uma demonstração de que as condições do *Objekt* (isto é, a unidade da apercepção, ou unidade da consciência da ação de “apanhar a multiplicidade na unidade”) são também as condições do objeto (*Gegenstand*) de uma intuição temporalmente estruturada, do objeto da síntese imaginativa humana:

O aspecto mais problemático da doutrina de Kant é a tese de que a síntese imaginativa é governada pelas categorias. Por que, afinal de contas, a atividade imaginativa teria alguma coisa a ver com as funções lógicas do juízo? Considero que esta seja a questão mais fundamental suscitada pela análise de Kant [...]. Esta é, então, uma questão central para o programa da Crítica como um todo. Infelizmente, Kant, ao invés de responde-la, parece indevidamente supô-la como respondida. (Allison, 1983, p. 161 – grifo nosso)

Embora Kant não nos esclareça mais a respeito, continua Allison, este “ponto principal” da Dedução das Categorias, a saber, a concordância entre a *síntese da imaginação* e as condições da *unidade da apercepção* e, “*portanto*”, os *conceitos* puros do Entendimento, tendo sido mais claramente formulado por Kant apenas na segunda edição daquela Dedução, esclarece e invalida a acusação de Heidegger, no sentido de que Kant teria recuado nesta segunda edição diante da imaginação mais independente da primeira edição (Allison, 1983, p. 163 s.). Entretanto, não é clara a maneira como Allison pensa enfrentar a questão que ele mesmo qualifica como a “mais central” da *Crítica* como um todo: a respeito da “esquematização sem conceito” envolvida especificamente na harmonia estética entre Imaginação e Entendimento da terceira *Crítica*, ele se limita a

concluir que, embora esta harmonia pareça incluir a possibilidade de uma “subsunção puramente não-conceitual”, tal subsunção não é, embora Kant seja, diz ele, “notoriamente obscuro” a respeito, a subsunção de intuições a conceitos, mas sim é a subsunção da faculdade das intuições como um todo à faculdade dos conceitos como um todo (Allison, 2001, p. 169 s.). Mas este novo tipo de subsunção, a subsunção de uma faculdade sob outra, também não é mais esclarecida por Allison. Tudo o que ele diz é que esta “*heautonomia*” do juízo de gosto significa que, nele, “*as representações são subsumidas sob as condições da subsunção*” (Allison, 2001, p. 170); ou que tais juízos são “*tanto origem como objeto de sua própria normatividade*”, sem explicar mais porque não deveríamos qualificar a Razão prática-moral autônoma como igualmente “reflexiva”, como igualmente “heautônoma”, já que ela também é origem e objeto de sua própria normatividade: pois quem mais poderia estar sujeito às leis morais da razão prática kantiana que não o próprio agente moral e racional no qual estas leis têm origem? Não podemos, é claro, continuar indagando Allison a respeito da heautonomia que, segundo ele, é o principal tema da *Crítica do juízo estético* de Kant. Mas gostaríamos de notar que, ao isolar com perfeição o “principal ponto”, ou a principal questão, da Dedução das Categorias, a saber, a concordância da “síntese da imaginação” com a “unidade da aprecepção”, Allison, assim como muitos outros comentadores, imediatamente vincula esta última (a auto-consciência da ação do “apanhar a multiplicidade como unidade”) à *unidade do conceito*, e, conforme veremos, não parece imediatamente claro que toda auto-consciência deste tipo seja a consciência de um *conceito*.

IV.

A importante obra de Longuenesse, *Kant e a capacidade de julgar* (2000), promete nos oferecer mais informações sobre o modo como Kant, segundo ela, entende o problema com que nos defrontamos. Logo no início desta obra, Longuenesse diz que, na questão a respeito do modo como, segundo Kant, o pensamento discursivo refere-se ao que é dado à sensibilidade, precisamos distinguir dois aspectos: o primeiro diz respeito ao modo como formamos um conceito geral a partir de objetos sensíveis (ao modo como “refletimos sobre” o que é dado na sensibilidade), e o segundo diz respeito ao modo como, em primeiro lugar, geramos objetos sensíveis como objetos da representação, de maneira a que tais objetos sejam suscetíveis daquela reflexão, ou seja, objetos que sejam instâncias dos termos x, y, z de nossos juízos (Longuenesse, 2000, p. 10). O primeiro aspecto constitui, diz Longuenesse, aquilo que Kant chama de “análise”, e designa o modo como o dado sensível é elevado à forma discursiva através

das formas lógicas do juízo. Agora, diz Longuenesse, uma das principais razões para a rejeição geral da tese kantiana, no sentido de que tais formas lógicas podem ser tomadas como um “fio condutor” para o estabelecimento da tábua das categorias, consiste no fato de que Kant considerava como óbvio, ou como um ponto a respeito do qual não era preciso dizer mais nada, que estas formas lógicas, tal como dispostas na “tábua dos juízos”, já estavam envolvidas nas atividades de “comparação, abstração e reflexão” que constituem aquela análise. Se levarmos isto em consideração, continua Longuenesse, então o argumento da primeira *Crítica* pode ser resumido desta maneira: considere as formas da *análise* do que é dado na sensibilidade (as formas da “comparação, abstração, reflexão” – as formas lógicas do juízo), e você terá a chave das formas da *síntese que deve ter ocorrido anteriormente à esta análise*, a saber, a síntese exigida pela representação sensível dos objetos que virão a ser refletidos sob conceitos de acordo com as formas lógicas do juízo. Consequentemente, conclui Longuenesse, você terá também a chave para o significado e papel das categorias enquanto conceitos que “representam universalmente” as diferentes formas assumidas por esta síntese. Em resumo, recomenda Longuenesse, elucide as formas da *análise discursiva* – as formas lógicas do juízo – e você terá a chave das formas universais da *síntese sensível que é anterior a esta análise*, e que é anterior também às categorias enquanto conceitos “completos” (Longuenesse, 2000, p. 11-12). Estas formas lógicas do juízo, ou formas do pensamento discursivo em geral, constituirão aquilo que Longuenesse atribui à “Capacidade de Julgar” (*Vermögen zu urteilen*) de Kant, capacidade que vai muito além da capacidade de produzir conceitos “completos”, ou conceitos entendidos como representações “universais e refletidas”. Mas notemos, desde já, que Longuenesse está prestes a sugerir que a síntese sensível e imaginante, embora não guiada por conceitos completos, universais e refletidos, poderia ainda ser guiada por um tipo, ainda a ser definido, de *conceito*. Com efeito, continua Longuenesse, além da distinção, anteriormente mencionada aqui, entre dois sentidos de “conceito”, o primeiro referindo-se a “consciência da unidade da ação de apanhar junto”, o segundo a “representação universal ou refletida” (Longuenesse, 2000, p. 46), precisamos distinguir, de forma correspondente, dois sentidos nos quais um conceito pode servir como regra: o primeiro é aquele em que este conceito é a consciência da unidade da ação da síntese sensível, ou é a consciência do procedimento que gera uma intuição sensível, ou seja, é um esquema. O segundo sentido, ou o sentido *discursivo*, é aquele em que o conceito é uma regra na medida em que ele fornece uma razão para predicar um objeto, que é pensado por seu intermédio, com as características que definem o conceito (Longuenesse,

2000, p. 50). E, finalmente, continua Longuenesse, teremos a distinção, correspondente às primeiras, entre dois aspectos da atividade do Entendimento: segundo um primeiro aspecto, o Entendimento é *legislador* da síntese da Imaginação, e, de acordo com um segundo aspecto, que é o aspecto “discursivo ou reflexivo”, ele reflete a síntese sensível e imaginante sob conceitos, sejam empíricos ou puros (Longuenesse, 2000, p. 43). Em outros termos, como um “legislador” o Entendimento prescreve a regra para a síntese através da qual a Imaginação produzirá o objeto intuído a partir das sensações passivamente recebidas, e como “discursivo ou reflexivo” o mesmo Entendimento irá comparar “o que é universal nas regras da apreensão” dos objetos produzidos por aquela síntese, irá refletir e abstrair, de modo a produzir, através de sua atividade analítica, um conceito “completo” destes objetos. Entretanto, quando fala do modo como o Entendimento desempenha, nesta síntese e nesta análise, um papel que é, por assim dizer, a imagem invertida um do outro, Longuenesse parece afirmar a tese, curiosa, de que as regras prescritas pelo Entendimento à síntese da Imaginação são regras pré-conceituais:

O que torna as noções kantianas de síntese e de análise [...] originais é que, embora ambas as operações sejam dependentes do Entendimento, elas não são, de modo algum, simétricas, nem são ‘intelectuais’ [...] da mesma maneira. A síntese que o Entendimento precisa já ter efetuado antes que ele possa efetuar qualquer análise é uma ‘síntese do múltiplo da intuição sensível’, isto é, uma síntese que é ela mesma sensível e pré-conceitual [...] Isto é, o Entendimento pode analisar aquilo que é dado empiricamente em conceitos apenas quando, como um Entendimento/Imaginação transcendental, ele já estivera guiando a síntese do múltiplo sensível [...] O aspecto lógico (isto é, discursivo) do funcionamento do Entendimento é, portanto, dependente de seu aspecto como síntese do sensível, uma síntese ‘cega’ que, como Kant disse, permanece em grande parte desconhecida para nós. (Longuenesse, 2000, p. 64 – grifo nosso)

Onde mais poderíamos encontrar uma harmonia maior entre Entendimento e Imaginação do que aqui, onde ambas as faculdades aparecem separados apenas por uma simples barra (/)? Mas, se entendermos Longuenesse como oferecendo este novo “*Entendimento pré-conceitual*” em troca da Imaginação heideggeriana, o que ganharemos com isso? Longuenesse parece, aqui, estar estendendo o domínio do Entendimento ao preço de despojá-lo daquilo que, segundo Kant, é sua principal característica, qual seja, a característica de ser a faculdade dos conceitos, e não da intuição. Como poderia este “Entendimento pré-conceitual” ser ainda distinguido de um Entendimento intuitivo? Contrariando a advertência há pouco feita por Heidegger, não estaria Longuenesse re-

interpretando a faculdade da Imaginação como uma função do pensamento puro?

A respeito da crítica de Heidegger no sentido de que Kant haveria recuado, entre as duas edições da Dedução das Categorias, diante da Imaginação, Longuenesse diz que não há nenhuma oposição fundamental entre ambas as edições, que a Dedução da segunda edição apenas retoma a discussão a partir de onde a primeira edição a deixara, e, concordando com Allison (Allison, 1983, p. 133), ela diz que a segunda edição apenas clarifica mais o argumento que, em traços gerais, já estava essencialmente presente na primeira edição (Longuenesse, 2000, p. 59 s.). Este argumento, continua Longuenesse, é baseado na suposição de que as sínteses efetuadas pela Imaginação podem gerar a representação de um objeto apenas quando esta Imaginação adquiriu uma função transcendental por ter sido colocada sob a unidade da apercepção:

Daí que, mesmo na Dedução-A, a síntese(imaginação) e consciência da unidade da síntese (unidade da apercepção) dificilmente eram separáveis nas atividades das capacidades representacionais envolvidas na representação de um objeto. (E, se lembrarmos que na Dedução-B) [...] o Entendimento não significa outra coisa que não ‘a unidade da apercepção em relação à síntese da imaginação’, (então) pode-se reconhecer que a combinação do múltiplo sensível é realizada, com certeza, pela imaginação, mas sob a regra (ou regras) que lhe são fornecidas pela unidade da apercepção, que, por sua vez, ‘em sua relação para com a síntese da imaginação’ não é outra coisa que não o entendimento. (Longuenesse, 2000, p. 63 – grifo nosso)

Assim, sendo esta submissão da *síntese da imaginação* (isto é, a síntese através da qual o objeto-*Gegenstand* é, tanto intuído como uma unidade, como é ele mesmo produzido na intuição a partir da reunião das sensações passivas) à *unidade da apercepção* (isto é, a auto-consciência da ação do “apanhar” a multiplicidade como unidade), mais claramente afirmada por Kant apenas na segunda edição da Dedução, então, diz Longuenesse, pode-se entender porque alguém como Heidegger pôde ter a impressão de que a Imaginação houvera sido desvalorizada, e porque esta impressão é equivocada – pois a Imaginação, por si mesma, isto é, sem a orientação do entendimento/apercepção, nunca foi, de fato, diz Longuenesse, capaz de realizar aquilo que Heidegger pensava que ela realizava na primeira edição da Dedução. E Longuenesse não está sozinha em sua rejeição da crítica de Heidegger mediante este apelo à necessidade da submissão da síntese da Imaginação à unidade da apercepção – como vimos, Allison também pretende rejeitar a crítica de Heidegger mediante o reconhecimento daquela submissão como o “principal ponto do argumento” desenvolvido por Kant na Dedução das Categorias – e Guyer, também, e conforme vimos, pretende ver neste ponto em que a síntese da Imaginação

passa a estar submetida à unidade da apercepção o marco divisor entre o aspecto propriamente transcendental ou epistemológico e o aspecto meramente psicológico da teoria kantiana do conhecimento, assim como o princípio de uma solução da aparente incompatibilidade entre a Imaginação, que na Dedução é submetida à apercepção/entendimento, e a mesma Imaginação, que na terceira *Crítica* joga “livremente”, e apreende “sem conceito” o objeto belo na terceira *Crítica*. E, assim como estes três notáveis comentadores de Kant, muitos outros, conforme já mencionamos, põem ênfase no mesmo ponto, mas não podemos, é claro, tratar aqui da imensa literatura filosófica já dedicada ao tema. Mas gostaríamos de notar que, em todos estes comentadores, *a auto-consciência (Apercepção) da ação do “apanhar junto” em geral é muito rápida e inexplicadamente assimilada a sua forma mais específica e particular como “apanhar junto as características de (num) conceito”*. De modo a rejeitar as críticas de Heidegger quase todo comentador de Kant adere à tese de que a segunda edição da Dedução apenas afirma de maneira mais clara esta necessidade da submissão da síntese da Imaginação à unidade da Apercepção, mas estes comentadores também entendem como “óbvio”, como algo a respeito do qual “não é necessário sequer dizer algo”, que a unidade da apercepção não pode ser outra coisa que não uma unidade conceitual, ou uma unidade equivalente à unidade possuída pelo conceito. Mas retornemos, por um instante, a este importante trabalho de Longuenesse, de modo a verificar como ela caracteriza esta submissão da Imaginação à Apercepção.

Na parte III de sua obra, Longuenesse formula, finalmente, a questão decisiva: como devemos entender a tese de Kant no sentido de que uma atividade discursiva explica a combinação do múltiplo sensível dado, já que este, por sua vez, é completamente heterogêneo a qualquer forma discursiva? (Longuenesse, 2000, p. 202). Ou, tal como era perguntado por Allison, por que deveria a atividade imaginativa ter alguma coisa a ver com as funções lógicas do juízo? (Allison, 1983, p. 161). Referindo-se à distinção kantiana entre uma síntese intelectual, que diz respeito à síntese, acima mencionada, da apercepção, mediante a qual é gerado o conceito de um objeto (*Objekt*) em geral, e uma síntese figurativa, que, de acordo com a segunda edição da Dedução, resulta como efeito do Entendimento sobre a sensibilidade, e que é agora identificada à síntese transcendental da Imaginação, Longuenesse diz que Kant:

[...] fornece o fundamento da correspondência entre as ‘unidades de síntese’ discursiva e sensível ao tornar esta correspondência algo mais do que um mero paralelismo: um efeito real do entendimento sobre a sensibilidade [...] A razão para a correspondência entre as formas lógicas dos juízos [...] e as

síntese sensíveis [...] é que as últimas são os efeitos das ações que tendem a produzir as primeiras [...].

Em outras palavras, ao invés de um mero paralelismo entre as duas sínteses [...] (temos) sua unidade orgânica, na qual uma, a síntese discursiva [...] é o objetivo a ser alcançado por meio das [...] sínteses sensíveis. Isto não quer dizer que as formas lógicas, elas mesmas, afetem a sensibilidade [...]. Ao contrário, a sensibilidade é afetada, o dado sensível é combinado, por uma ação cujo objetivo, e cujo resultado apropriado, é refletir tais representações sob um conceito que são combinados de acordo com as formas lógicas do juízo. O que é esta ação, isto não sabemos, diz Kant. Tudo o que podemos dizer é que esta atividade está orientada em direção às formas da combinação discursiva nos juízos. (Longuenesse, 2000, p. 203)

Embora Longuenesse seja cautelosa o bastante, não há dúvida de que ela pretende sugerir que a síntese da Imaginação já é, desde o início, voltada à produção de objetos intuitos tais, que sejam suscetíveis das formas discursivas de combinações em conceitos e juízos. Assim, o objeto (*Gegenstand*) intuído seria, ele mesmo, constituído através de operações da Imaginação que já seriam direcionadas, desde o início, à subsunção deste objeto sob um conceito. Como já dizia Longuenesse há pouco, a *análise* lógica, que reúne objetos particulares intuídos sob conceitos completos e universais, só é possível porque estes próprios objetos já foram, desde o início, produzidos através de uma *síntese* orientada para esta análise. Mesmo sem chegar ao ponto de dizer, com Hegel, que o conceito é “*o verdadeiramente primeiro*” (Hegel, *Enciclopédia*, I, 163, [p. 298]), pode-se entender a interpretação de Longuenesse como procurando estabelecer que o, por assim dizer, “recorte” que a análise (comparação, abstração, reflexão) lógica vai fazer por entre os objetos particulares, que ela vai colocar sob um conceito assim produzido, já é feita sobre linhas antecipadamente tracejadas nestes objetos, linhas estas oriundas da síntese imaginante que os produziu na intuição. Agora, não há dúvida de que isto corresponde efetivamente àquilo que Kant procurava demonstrar na Dedução das Categorias. A questão que permanece, no entanto, é esta: por que aquela “unidade de síntese” intelectual precisa ser assimilada à unidade de um conceito? Não produziria esta interpretação uma diferenciação muito grande entre a intuição humana e a intuição animal? Falando de uma outra obra de Kant, a *Antropologia*, Longuenesse nota que Kant já admitia dois tipos diferentes de exercício da Imaginação, um associativo, outro ficcional, e, após afirmar que ambos podem ser “apropriados ou capturados pelo esforço em direção ao juízo”, considera brevemente o caso de um “jogo livre” da Imaginação, ou seja, um caso em que a síntese da Imaginação não é, da maneira acima descrita, apropriada ou capturada pelo Entendimento, mas, ao invés da experiência estética humana da harmonia das faculdades,

ela entende apenas as experiências dos *animais* como exemplificando este caso (Longuenesse, 2000, p. 207 s.). E isto sugere que Longuenesse não se deu conta do problema com que nos ocupamos aqui, a saber, a possível incompatibilidade entre a intenção geral da Dedução kantiana das Categorias e a sua concepção, exposta na *Crítica da faculdade de julgar*, da Imaginação como jogando livremente, e apreendendo e produzindo seu objeto “sem conceito” do Entendimento. E o mesmo pode ser, finalmente, dito de Henrich que, mesmo salientando, de maneira muito interessante, a importância da concepção do jogo livre da Imaginação para toda a Estética de Kant, e apesar de notar que tal concepção faz referência à explicação das duas faculdades dada na primeira *Crítica*, e que tal concepção só se mostrou utilizável por Kant após este ter “[...] *re-pensado os teoremas epistemológicos sobre a relação entre a Imaginação e o Entendimento*”, não entra diretamente na discussão do problema (Henrich, 2003, p. 37).

V.

Diante do problema formulado por Guyer no início deste, vimos que Allison, Longuenesse e o próprio Guyer, assim como praticamente todos os comentadores de Kant, formulariam a mesma resposta: o que quer que se queira atribuir à síntese sensível da Imaginação, o seu objeto, ou o objeto produzido por ela, só possuirá uma *unidade* quando esta síntese for realizada sob a *unidade* da apercepção. Até aqui, nada a objetar. A dificuldade surge, a nosso ver, quando esta unidade da apercepção é, sem mais, assimilada à unidade do *conceito*. Daí uma suposta implicação daquela resposta, a saber, a tese de que o objeto intuído pela Imaginação só possuiria uma unidade quando a síntese imaginante que o gerou estivesse sob as regras fornecidas por um conceito, se não um conceito “completo”, ao menos por um conceito “indeterminado”, ou, como dizia Longuenesse, por um “pré-conceito”. Mas por que, perguntamos, aquela apercepção, aquela auto-consciência da unidade da ação de apanhar o múltiplo como unidade, ou a identidade na diferença, precisa ser identificada à sua manifestação mais particular, onde as características comuns a vários objetos são reunidas num conceito? Mesmo que se admita que a síntese da Imaginação, que constitui o objeto (*Gegenstand*) na intuição, só é possível sob a unidade da apercepção, pareceria ainda surpreendente, tal como notado numa passagem de Allison citada aqui (Allison, 1983, p. 161), que este objeto intuído já fosse produzido de modo tal a se conformar a uma ou outra das “formas lógicas do juízo”. Por que, por exemplo, a intuição de um objeto como o relativamente permanente suporte de uma variedade de propriedades mutáveis precisaria ser construída sobre a forma “Sujeito/Predicado” dos juízos categóricos? Não seria, antes, o caso de ver

esta última forma como dependente da primeira intuição, de uma intuição gerada por uma síntese da Imaginação que, embora consciente da unidade de sua ação de síntese, fosse completamente intuitiva, e não tivesse, como tal, relação alguma com a capacidade de formular conceitos, e que, portanto, poderia apresentar-se mesmo no animal, e na experiência estética humana? Ao contrário de Kant e da maioria de seus comentadores, que mantêm indevidamente a tese que identifica a “unidade da apercepção” à “unidade do conceito” como uma tese óbvia, ou que não precisa sequer ser colocada em questão, Schopenhauer, em meio a uma série de críticas a teoria kantiana do conhecimento, faz esta observação:

Em todo uso normal da linguagem, entretanto, a apercepção não é o pensar um conceito (das Denken eines Begriffs), mas sim é, ao contrário, intuição (Anschauung). (Schopenhauer, 1966, p. 594)

A própria expressão “apercepção” já não estaria sugerindo que uma “percepção” (ou intuição) está nela incluída? Por que supor, como o supõe a maioria daqueles intérpretes de Kant, que, ao invés de referir-se à intuição, a apercepção refere-se à unidade de um conceito? É curioso observar que Kant, ele mesmo, ao introduzir o tema da apercepção na famosa seção 16 da segunda edição da Dedução das Categorias, parece caracterizá-la como *intuição*:

Deve sempre ser possível ao ‘eu penso’ acompanhar todas as minhas representações [...] A representação que pode ser dada antes de todo pensamento (Denken) é chamada de intuição [...] Mas esta representação é um ato da espontaneidade, isto é, ela não pode ser considerada como pertencente à sensibilidade. Eu a chamo de apercepção pura. (KrV, B 132, 136)

Como os termos sublinhados por Kant sugerem, a apercepção é uma *intuição da espontaneidade*, e apenas por isso Kant pretendeu, principalmente na segunda edição da Dedução, desvinculá-la da sensibilidade (e da imaginação), e empurrá-la mais decididamente para o lado das faculdades intelectuais – pois, de acordo com os postulados mais amplos de sua teoria do conhecimento, toda espontaneidade é uma espontaneidade intelectual (conceitual), ao passo que toda sensibilidade é receptiva. Agora, por que Kant não colocou, dada esta sua caracterização da apercepção acima, estes postulados em questão? Após a fina análise desenvolvida por Longuenesse, ficamos sem saber se a síntese imaginante, a síntese que, anterior à análise, constitui o objeto (*Gegenstand*) na intuição, deve ser designada, tal como ela designa, como “pré-conceitual”, ou se, ao contrário, é esta própria análise lógica que deve ser designada como “pós-imaginante”, ou “pós-intuitiva”. Por que entender que esta síntese está, desde o início, “orientada”, como ela diz, “em direção ao

conceito e às formas lógicas do juízo”? Além de cavar um fosso intransponível e injustificável entre as intuições humana e animal, tal concepção torna completamente incompreensível que Kant, em sua terceira *Crítica*, conceba a Imaginação como apreendendo e constituindo “sem conceito” um objeto estético. Tal como magnificamente ilustrado por Kant com o exemplo da linha, onde a unidade da consciência da ação que produz (ou traça) efetivamente a linha no espaço é a mesma unidade da consciência encontrável no conceito sob o qual esta linha vai ser subsumida, pensada e conhecida (*KrV*, B 138-9, 140), o que interessa à sua Dedução das Categorias é a ideia de uma espontaneidade ou atividade que produz, tanto o conceito, como o objeto (*Gegenstand*) deste conceito. E, tal como notada pelo *Kant-buch* de Heidegger, e de certa forma também por Schopenhauer antes dele (Schopenhauer, 1966, p. 586), a primeira edição da Dedução das Categorias difere da segunda edição principalmente devido ao caráter mais intuitivo e sensível que a primeira edição atribui a esta espontaneidade ou atividade, enquanto contrastado ao caráter mais conceitual e intelectual atribuído a ela pela segunda edição. Daí a preferência que, conforme vimos, praticamente todos os comentadores de Kant, incluindo Guyer e Allison, têm pela segunda edição da Dedução das Categorias, chegando ao extremo de, como ocorre com Longuenesse, ver nas sínteses da Imaginação uma atividade desde o início orientada para as funções lógicas do juízo e para os conceitos do Entendimento. Ou seja, trata-se da preferência a ser dada, ou a terceira, ou a segunda das *Críticas* kantianas. De qualquer forma, não parece haver dúvidas de que, para acomodar a concepção a respeito do jogo livre “sem conceitos” da Imaginação, tal como exposta por Kant na *Crítica da Faculdade de Julgar*, a primeira edição da Dedução das Categorias seria mais hospitaleira.

Referências

- ALLISON, H. *Kant's transcendental idealism*. New Haven: Yale University Press, 1983.
- ALLISON, H. *Kant's theory of taste*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- COHEN, H. *La théorie kantienne de l'expérience*. Trad. E. Dufour; J. Servois. Paris: Les Éditions du Cerf, 2001.

- GINSBORG, H. "Kant's aesthetics and teleology". In: E. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2014 Edition). Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/kant-aesthetics/> .
- GUYER, P. *Kant and the claims of taste*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- GUYER, P. "The origins of modern aesthetics". In: P. Guyer, *Values of beauty*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005a.
- GUYER, P. "The harmony of faculties revisited". In: P. Guyer, *Values of beauty*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005b.
- GUYER, P. "Schopenhauer, Kant and the methods of philosophy". In: C. Janaway (Ed.), *The Cambridge companion to Schopenhauer*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas*. Vol. I, parte 3, seção 163. Trad. por P. Meneses. São Paulo: Loyola, 1995.
- HEIDEGGER, M. *Kant and the problem of metaphysics*. Trad. R. Taft. Indianapolis: Indiana University Press, 1997.
- HENRICH, D. "Kant's explanation of aesthetic judgment". In: D. Henrich, *Aesthetic judgment and the moral image of the world*. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- KANT, I. *Kritik der Urteilskraft*. In: F. M. Schiele (Ed.), *Sämtliche Werke V*. Leipzig: Felix Meiner, 1922.
- KANT, I. *Kritik der reinen Vernunft*. Ed. por W. Weischedel. Frankfurt: Suhrkamp, 1974.
- LONGUENESSE, B. *Kant and the capacity to judge*. Trans. by C. T. Wolfe. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- PICHÉ, C. "Le schématisme de la raison pure. Contribution au dossier Heidegger-Kant", *Les Études Philosophiques*, 1 (1986): 79-99.
- SCHOPENHAUER, A. *Die Welt als Wille und Vorstellung*. Vol. I. Frankfurt: Insel Verlag, 1996.
- VLEESCHAUWER, H.J. "La deduction transcendente dans l'oeuvre de Kant". 3 vols. In: L. W. Beck (Ed.), *The philosophy of Immanuel Kant*. New York: Garland, 1976.

Resumo: Pretendemos neste artigo examinar a aparente incompatibilidade entre a concepção, exposta na terceira *Crítica* kantiana, do jogo livre ou harmonia entre as faculdades da Imaginação e do Entendimento e a Dedução Transcendental das Categorias da primeira das *Críticas* kantianas, na medida em que a primeira parece afirmar que a Imaginação pode apreender "sem conceitos" um objeto intuído, ao passo que a última parece submeter todas estas apreensões à posse a priori de um conceito. De modo a realizar este exame, vamos considerar as posições assumidas por alguns dos mais proeminentes interpretes da filosofia de Kant.

Palavras-chave: jogo livre, imaginação, entendimento, dedução transcendental, categorias

Abstract: We intend in this paper to examine the seemingly incompatibility between the third Kantian Critique's concept of the free play or harmony of the faculties Imagination and Understanding, and the Kantian first Critique's Transcendental Deduction of the Categories, as long as the former seems to imply that Imagination can perceive "without concepts" an intuited object, and this last one tried to submit all such kind of perception to an a priori possession of a concept. We will, in order to do this, consider the positions assumed by some of the most outstanding interpreters of the Kantian philosophy.

Keywords: free play, imagination, understanding, transcendental deduction, categories

Recebido em 03/06/2015; aprovado em 25/06/2015.